

Evolução do cooperativismo de crédito brasileiro no período de 2003 a 2013 à luz da Nova Economia Institucional

Por Sidney Soares Chaves, Doutor em Economia pela UFRGS; Mestre em Economia pela UFSC; e Graduado em Economia pela UFPR

Resumo

O cooperativismo de crédito vem se constituindo um importante elemento no financiamento do desenvolvimento de projetos. O objetivo deste trabalho é analisar a expansão do segmento no período compreendido entre 2003 e 2013. Os resultados apontam que a evolução de regras formais e informais tem sido relevantes para a dilatação do setor. Conclui-se que a modalidade “Livre Admissão de Associados” tem sido responsável pela dinâmica do segmento e que os estados da Região Sul são os que têm melhor aproveitado as alterações das regras do jogo.

Palavras-chave: Cooperativas de Crédito. Sistema Financeiro Nacional. Instituições.

Abstract

Credit unions have become an important player in financing of development projects. The aim of this study is to analyze the expansion of this segment between the period of 2003 and 2013. Results point out that the evolution of formal and informal rules have been relevant to sector expansion. It is concludes that the “Free Admission” category has been responsible for segment dynamics and that the southern states have taken better advantage of changes of the Brazilian Financial System.

Key words: Credit Unions. National Financial System. Institutions.

1. Introdução

No âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o cooperativismo de crédito¹ vem se constituindo um importante elemento no financiamento do desenvolvimento de projetos, no incremento econômico de regiões estagnadas, proporcionando inclusão financeira para a parcela da população de menor poder aquisitivo, gerando emprego e renda, auxiliando na redução da pobreza (CHAVES, 2011).

Nos dias atuais, o segmento, que iniciou suas atividades no país em 1902, encontra-se em processo de amadurecimento e crescimento, com aumento de pontos de atendimento e número de associados, estimulado pelo fortalecimento do marco regulatório e foco na solidez e eficiência do segmento (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

O movimento expansionista do setor iniciou-se a partir da década de 1990, alavancando as atividades econômicas de seus associados, emergindo como alternativa e concorrendo com as instituições bancárias tradicionais. Suas operações estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste, indicando que há relevante espaço a ser ainda

¹ As cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, e que se destinam, precipuamente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços a seus associados (Lei nº 5.764, de dezembro de 1971 combinando com a Lei Complementar, de abril de 2009).

ocupado, com potencial para promover o desenvolvimento local e reduzir as disparidades econômicas regionais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

A ampliação observada vem sendo impulsionada pela mudança de posicionamento do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB), organizações que vêm concedendo maior atenção ao segmento, preocupando-se com sua expansão e promovendo significativa flexibilidade normativa (CHAVES, 2011). Nesse contexto, a dilatação do setor vem sendo influenciada pelas alterações nas regras formais e informais, conforme o entendimento da Nova Economia Institucional.

Dado esse pressuposto, o artigo pretende analisar o desenvolvimento do cooperativismo de crédito no período compreendido entre 2003 e 2013. Para alcançar seu objetivo, dividimos o ensaio em seções. Na próxima, apresenta-se o referencial teórico. Nas seções seguintes, serão expostas as alterações institucionais que vêm impulsionando o crescimento do segmento; a evolução do setor e, por fim, as considerações finais.

2. Instituições e desenvolvimento econômico

O estudo das instituições no comportamento dos agentes e no desempenho econômico germinou a Nova Economia Institucional (NEI), abordagem que tem expandido seus estudos na área acadêmica desde meados dos anos 1960. Sua principal proposição é que as instituições importam quando se trata de explicar o desenvolvimento das economias ao longo prazo (NORTH, 1990).

De acordo com a NEI, as instituições de uma sociedade se formam por meio de complexos processos de negociação entre cidadãos e grupos de indivíduos, de modo a reduzir a incerteza e os custos de transação envolvidos na atividade econômica, tornando possível a coordenação dos agentes e a operação eficiente dos mercados. Esses custos são influenciados pelas assimetrias de informação e se referem, principalmente, aos custos potenciais de rompimento dos acordos, implícitos ou explícitos, estabelecidos para realizar empreendimentos conjuntos, em condições de racionalidade limitada e na presença de comportamentos oportunistas. Por sua vez, as incertezas impossibilitam ou dificultam as transações econômicas entre as pessoas e impedem que os agentes conheçam seu rol de possibilidades de escolha de forma ex ante, tornando-se responsáveis por interrupções ou pelo funcionamento distorcido dessas transações, fazendo com que os atores econômicos sejam incapazes de atingir ótimas soluções a partir de suas decisões.

As instituições são fruto das relações sociais, econômicas e políticas, compreendendo regras formais (leis, normas, regulamentos), regras informais (normas de comportamento, convenções, ideologia, costumes, cultura) e os mecanismos responsáveis pela eficácia desses dois tipos de regras (NORTH, 1990). Para esse autor, o grau de identidade existente entre as normas institucionais e as opções feitas pelo indivíduo no contexto institucional dependerão da eficácia do sistema de fiscalização do cumprimento de tais normas, que será exercido por códigos de conduta autoimpostos, represálias, sanções por parte da sociedade ou exigência coercitiva do Estado.

O relacionamento e as diferenças entre as regras formais e as limitações informais são importantes para explicar as mudanças institucionais, pois, enquanto as primeiras podem ser rapidamente modificadas, as segundas apresentam maior estabilidade ao longo do tempo, uma vez que estão ancoradas em traços culturais. Nesse sentido, a estrutura institucional sofre alterações no tempo como fruto de inúmeras pequenas mudanças que ocorrem nos incentivos que as pessoas recebem do ambiente, modificando aos poucos o conjunto dessas regras.

Os agentes de mudanças institucionais são aqueles que possuem o poder de decidir nas organizações cujas percepções subjetivas (modelos mentais), influenciadas pelo processo de aprendizagem, determinam as opções adotadas. As fontes de modificações são as oportunidades percebidas, que derivam de alterações externas no meio ambiente ou da aquisição de conhecimentos ou habilidades.

Uma consequência da dinâmica institucional é o surgimento de mudanças que ocorrem de forma gradual, alterando a estrutura de regras das sociedades. Dessa forma, o papel da História é considerado muito importante, pois as decisões realizadas no passado têm forte influência sobre as possibilidades do presente, que, por sua vez, condicionarão os futuros desenvolvimentos institucionais. Isso significa dizer que uma vez escolhido um determinado caminho, este passa a ser influenciado por mecanismos autorreforçantes, que fazem com que a matriz institucional fique *locked-in* – um dado padrão generaliza-se e consolida-se, e a mudança de padrão torna-se extremamente difícil, significando que uma vez alcançada uma solução, será difícil sair dela – e seja *path dependent* – as decisões tomadas em determinado momento são estritamente condicionadas pelas circunstâncias ocorridas no passado. Neste cenário, mesmo que as instituições existentes não sejam as mais eficientes para gerar desenvolvimento econômico, como há retornos institucionais crescentes, a tendência é que soluções ineficientes possam persistir, mesmo que escolhidas por agentes racionais.

Os estímulos oferecidos pela matriz institucional possibilitarão o surgimento de organizações que atuem na busca de diversos objetivos e sejam compostas por grupos de indivíduos dedicados a alguma atividade executada com um determinado fim. As limitações impostas pelo contexto institucional definem o conjunto de oportunidades e, portanto, os tipos de organizações que serão criadas; conforme o objetivo a ser alcançado, buscam adquirir conhecimentos e especialização que reforcem suas possibilidades de sobrevivência.

Um aspecto relevante da NEI trata da função do Estado, elemento de significativa importância ao ser responsável pela formação, aplicação (*enforcement*) e manutenção das regras formais e pelo cuidado da aplicação da base legal de uma sociedade baseada em trocas impessoais. Com essas funções, o Estado é a fonte principal da estabilidade e da mudança institucional, e pode ser considerado um elemento-chave para fornecer incentivos necessários ao crescimento econômico.

3. Alterações institucionais que vêm impulsionando o crescimento do cooperativismo de crédito

Este ensaio parte do princípio (hipótese básica) de que a parcela relevante da expansão contemporânea do cooperativismo de crédito está relacionada à evolução normativa, proporcionada pela mudança de comportamento do CMN e do BCB, haja vista que, até o início da década de 1990, essas organizações consideravam o segmento como um apêndice do sistema financeiro, não acreditando em seus propósitos, nem em sua ideologia (GODINHO, 2004).

No entendimento do BCB, as alterações no marco regulatório vinculam-se ao esforço empreendido pela autarquia no sentido de fortalecer os instrumentos de oferta de crédito, ampliar o seu alcance no contexto do universo populacional, com vistas a estimular a competitividade no SFN, e contribuir para a redução dos spreads cobrados pelas operações financeiras (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004).

De modo geral, os aperfeiçoamentos normativos têm sido consubstanciados pelo reconhecimento da necessidade de exigir do cooperativismo de crédito os mesmos fundamentos e princípios aplicáveis às demais instituições, a despeito de suas especificidades e pouca representatividade em relação aos ativos financeiros no SFN,

auxiliando no fortalecimento da imagem do segmento, na produção de benefícios relevantes a partir dos esforços de aprendizagem, e no combate de práticas oportunistas (SOARES e MELO SOBRINHO, 2008).

O período de 2003 a 2013 encontra-se inserido na quarta fase do cooperativismo de crédito, iniciado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, e se caracteriza pela maior autonomia das cooperativas perante o Estado, marcando o processo de recuperação do setor, momento em que essas entidades conquistaram a autogestão, ficando vedadas interferências do governo em sua administração².

Diante do argumento de que alterações nas regras formais e informais são variáveis que explicam parte relevante da expansão do cooperativismo de crédito, a seguir será apresentada uma síntese das alterações normativas que vêm proporcionando impactos positivos no segmento.

As sementes do processo de mudanças foram plantadas pela Resolução nº 1.914, de março de 1992³, que representa um marco regulamentar no avanço institucional do cooperativismo de crédito brasileiro (MEINEN e PORT, 2014). Esse normativo definiu formalmente as cooperativas de economia e crédito mútuo, permitindo vínculos associativos baseados em grupos de trabalhadores de determinada profissão ou atividade; e vedou a constituição de cooperativas de crédito do tipo Luzzatti, que são organizações que não possuem restrição de associação (espécie de livre admissão).

Em agosto de 1994, a Resolução nº 2.099 permitiu a abertura de Postos de Atendimento Cooperativo, unidades que eram apenas autorizadas em feiras, exposições e congressos, refletindo um comportamento discriminatório a favor dos bancos (GODINHO, 2004).

Em agosto de 1995, a Resolução nº 2.193 possibilitou a criação de bancos privados controlados pelo setor cooperativista, rompendo a ligação compulsória com o Banco do Brasil, que se aproveitava para ter uma relação predatória junto ao segmento (PALHARES, 2004). Esse normativo foi complementado pela Resolução nº 2.788, de novembro de 2000, que permitiu a constituição de bancos múltiplos.

Em maio de 1999, a implantação da Resolução nº 2.608 representou relevante mudança de paradigma ao atribuir às cooperativas de crédito centrais⁴ o papel de supervisionar o funcionamento, realizar auditoria e capacitação técnica nas suas afiliadas. Esse normativo constitui-se significativo avanço em direção à liberalização dos controles rígidos do BCB, ao regulamentar uma inquestionável delegação de atribuições às Centrais (PINHO e PALHARES, 2010).

Em outubro de 1999, a Lei nº 9.848 permitiu aos bancos cooperativos contratar operações de crédito rural subvencionadas pela União, sob a forma de equalização de encargos. Essa regra formal foi complementada pela Resolução nº 3.188, de março de 2004, que autorizou os bancos cooperativos a captar depósitos de poupança rural, aperfeiçoamento normativo que possibilitou aporte de recursos para concessão de financiamentos rurais sob condições mais vantajosas do que as até então disponíveis (SOARES e MELO SOBRINHO, 2008).

² No entendimento de Palhares (2004), o cooperativismo de crédito brasileiro viveu quatro fases distintas. Na primeira fase (1902-1938), o Estado mostrou tímido empenho em regulamentar o setor; na segunda fase (1938-1964), o Estado demonstrou interesse em expandir o segmento, visando enquadrar as cooperativas nas metas nacionais de desenvolvimento; a terceira fase (1964-1988) representou um retrocesso no segmento, motivado pelas restrições regulatórias, proporcionando um atraso histórico de grandes proporções.

³ Todos os normativos estão disponíveis no sítio do BCB na internet (www.bcb.gov.br).

⁴ De acordo com a Lei nº 5.764, de dezembro de 1971, as cooperativas centrais objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

Em agosto de 2000, a Resolução nº 2.771 promoveu mudanças qualitativas ao permitir que as cooperativas centrais contratassem serviços técnicos no mercado e prestassem serviços a cooperativas não filiadas, relativamente às atribuições de supervisão, auditoria e treinamento, reforçando sua importância.

Em novembro de 2002, a Resolução nº 3.041 estabeleceu requisitos para o exercício de cargos eletivos nas entidades integrantes do SFN (tais como qualificação técnica e reputação ilibada), proporcionando melhoria na qualidade dos administradores das cooperativas de crédito.

Ainda em 2002, estudos realizados no BCB diagnosticaram a carência e o elevado custo dos empréstimos bancários para os empreendimentos de pequeno porte (SOARES e MELO SOBRINHO, 2008). A partir desse diagnóstico, três alterações normativas (Resolução nº 3.058, de dezembro de 2002; Resolução nº 3.106, de junho de 2003; e Resolução nº 3.140, de novembro de 2003) foram implementadas visando impulsionar esse segmento empresarial e refletindo a mudança de posicionamento da autarquia sobre o tema, haja vista que a constituição de cooperativas de empresários de diversos segmentos era considerada uma distorção do cooperativismo de crédito pelo BCB, que colocava obstáculos para aprovar sua criação (CAMPOS, 2010).

O primeiro normativo (Resolução nº 3.058/2002) permitiu a constituição de cooperativas de crédito formadas por pequenos empresários, microempresários e microempreendedores, responsáveis por negócios de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços; enquanto que o terceiro normativo (Resolução nº 3.140/2003) permitiu a formação de cooperativas de crédito de empresários participantes de empresas vinculadas diretamente a um mesmo sindicato patronal ou direta ou indiretamente à associação patronal de grau superior.

Já a segunda regra formal (Resolução nº 3.106/2003) promoveu um avanço para o segmento ao possibilitar a criação de cooperativas de crédito de Livre Admissão de Associados, indo ao encontro de uma antiga aspiração do setor, criando um novo cenário para o cooperativismo de crédito, tornando-o cada vez mais semelhante ao que é praticado nos principais centros econômicos mundiais (PINHEIRO, 2008)⁵.

Em dezembro de 2003, a Resolução nº 3.156 possibilitou às cooperativas de crédito a contratação de correspondentes no país, nas mesmas condições das demais instituições financeiras, representando uma forma alternativa para melhorar a oferta de serviços financeiros, além de propiciar redução de custos.

Em setembro de 2005 entrou em atividade a Resolução nº 3.321, revogando a Resolução nº 3.106/2003, que aprimorou o papel exercido pelas cooperativas centrais na supervisão e no controle das filiadas, imprimindo maior profissionalismo ao segmento; passou a admitir a fusão de cooperativas de crédito com quadro de associados de segmentos distintos; e autorizou a constituição de cooperativas de Livre Admissão de Associados em regiões com até 300 mil habitantes.

Em fevereiro de 2007 começou a vigorar a Resolução nº 3.442, revogando a Resolução nº 3.321/2005, que permitiu a transformação de cooperativas para Livre Admissão de Associados em áreas com até dois milhões de habitantes; modificou o limite de exposição por clientes nas cooperativas centrais, visando mitigar os riscos das aplicações financeiras e otimizar os recursos depositados nessa organização; e permitiu a coexistência das cooperativas de Empregadores - Micros e Pequenos e as de

⁵ Essa Resolução permitiu a constituição desse tipo de cooperativa em localidades com menos de 100 mil habitantes ou a transformação de entidades existentes em espaços territoriais com menos de 750 mil habitantes. O estabelecimento de parâmetros populacionais na área de ação da cooperativa foi criticado por Campos (2010), que entendia que a proibição de sua inserção nas grandes cidades, onde os problemas sociais são agudos, não encontrava nenhuma justificativa plausível.

Empresários - Vínculo Patronal com grupos de associados de distintas procedências, fato que contribuiu para a expansão das cooperativas de Origens Diversas.

Em abril de 2009, a Lei Complementar nº 130 imprimiu maior disciplina à atuação das cooperativas centrais e das confederações de centrais⁶, na medida em que definiu regras atinentes à assistência de singulares mediante administração temporária em regime de cogestão, visando sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da sociedade; possibilitou maior profissionalização da gestão com a criação de diretoria-executiva, composta por associados ou não, eleitos e subordinados ao Conselho de Administração; e estipulou que as cooperativas de crédito, por intermédio de legislação específica, poderiam acessar recursos oficiais para o financiamento de seus associados.

Em maio de 2010, entrou em vigor a Resolução nº 3.859, revogando a Resolução nº 3.442/2007, permitindo que as cooperativas de Livre Admissão de Associados pudessem atuar em área superior a dois milhões de habitantes⁷.

Em suma, as frequentes alterações na regulamentação ao longo do período revelam o modo de atuação do CMN e do BCB, implantando inovações normativas, monitorando seus efeitos, realizando ajustes quando necessários e, por fim, promovendo novos avanços de forma gradual e segura, visando ao desenvolvimento do cooperativismo de crédito. A metodologia empregada por esses órgãos converge com o pensamento de Lisboa (2011), cujo argumento expõe que a implementação de políticas públicas deve ser sempre cautelosa e cuidadosamente testada ao ser adotada, haja vista que os resultados podem ser diferentes ou mesmo inversos dos esperados.

4. Desenvolvimento do cooperativismo de crédito no período de 2003 a 2013

Estimulado pelas inovações no marco regulatório, criando um ambiente mais seguro para a ampliação do capital, o cooperativismo de crédito vem apresentando relevante crescimento desde a década de 1990. Esta seção apresentará o desenvolvimento dos principais agregados patrimoniais, das instalações físicas, do número de associados, do tipo de cooperativa e das operações de crédito no intervalo de 10 anos, iniciando em 2003 - quando entrou em vigor a Resolução nº 3.106, possibilitando a criação das cooperativas de Livre Admissão de Associados, antigo anseio do setor, normativo que vem gerando significativa dinâmica no setor - e terminando em 2013⁸. O período de estudo se traduz em uma década de conquistas, amparada em incentivos institucionais e regulamentares que permitiram uma participação mais vigorosa e sustentável do segmento no âmbito do SFN (MEINEN e PORT, 2014).

4.1. Evolução dos agregados patrimoniais, do número de associados, das instalações físicas e das modalidades de cooperativas de crédito

O período de estudo é fruto das alterações regulamentares iniciadas com a Resolução nº 1.914/1992. A expansão do segmento observada nesse intervalo de tempo é resultado da conquista de marcos legais regulatórios, a partir de uma aliança

⁶ De acordo com a Lei nº 5.764, de dezembro de 1971, as confederações têm por objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais e federações.

⁷ Entre outros fatores, a cooperativa, para atuar nessa área, tem que ser filiada à Central pertencente a sistema cooperativo organizado nos três níveis previstos na Lei Complementar nº 130/2009; e precisa possuir R\$ 25 milhões de Patrimônio de Referência (para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste aplica-se redutor de 50% a esse limite mínimo), valor elevado que cria barreira à entrada.

⁸ No rol das 100 maiores cooperativas em 2013, em termos de ativos totais, 70 eram de Livre Admissão de Associados, 25 de crédito mútuo, 3 Luzzattis e duas de crédito rural (MEINEN e PORT, 2014).

estratégica com o órgão regulador, da implementação de políticas públicas inclusivas e do investimento substancial na gestão profissionalizada dos negócios (FREITAS, 2013).

No período estudado observa-se que a participação do cooperativismo de crédito nos principais agregados financeiros do segmento bancário do SFN (ativos, depósitos, operações de crédito e patrimônio líquido) apresentou tendência de crescimento e atingiu, respectivamente, 2,53%, 4,28%, 2,75% e 4,49% em 2013, valores maiores que os apresentados em 2003, quando o segmento alcançou, respectivamente, 1,40%, 2,06%, 1,84% e 2,66% e bem superiores aos revelados em 1995, quando o setor atingiu, respectivamente, 0,20%, 0,17%, 0,38% e 0,79% (MEINEN e PORT, 2014)⁹. Assim sendo, conclui-se que o crescimento desses agregados, no período compreendido entre 1995 e 2013, é resultado, em grande parte, da evolução normativa que incidiu sobre o segmento. Nesse contexto, pode-se concordar com Lisboa (2011), quando afirma que a solidez e o impacto de boas instituições são determinados por seu desenho específico e pela consistência de longo prazo dos incentivos gerados pelas regras do jogo.

Além da expansão dos agregados patrimoniais, constata-se também o relevante crescimento no número de associados¹⁰, motivado, entre outros fatores, pela possibilidade de se obterem linhas de crédito mais adaptadas às suas demandas, especialmente no que se refere a taxas de juros, tarifas, prazos e garantias. Do total de cooperados computados no final de 2013, 56% residiam em cidades com menos de 50 mil habitantes, 20% em cidades com população entre 50 e 250 mil habitantes e 23% em cidades com mais de 250 mil habitantes (MEINEN e PORT, 2014). Apesar da evolução normativa, a modesta presença do segmento nas grandes cidades está associada, em certa proporção, à barreira existente à entrada de novos cooperados criada pela regulamentação, haja vista que a Resolução nº 3.859/2010 exige que a cooperativa possua Patrimônio de Referência (PR)¹¹ igual a R\$ 25 milhões para poder atuar em área cuja população seja superior a 2 milhões de habitantes (para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste aplica-se redutor de 50% a esse limite mínimo), valor elevado que inibe o ânimo de dirigentes inovadores.

Durante o período de análise, verifica-se tendência decrescente do quantitativo de cooperativas singulares que atingiu 1.128 unidades em 2013 diante de 1.341 entidades observado em 2003¹² (Tabela 1), fenômeno que não significa estagnação ou falta de crescimento do segmento, mas aumento de sua qualidade haja vista que a maior regulação vem ampliando a capacidade de gestão e serviços, proporcionando um crescimento sustentável do segmento (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011). A redução no número de cooperativas advém de processos de cancelamentos de autorização para funcionamento por inatividade operacional, de ingressos no regime de liquidação ordinária, de transformações para outra modalidade e de fusões e

⁹ Apesar dos avanços, a fatia de mercado do cooperativismo de crédito ainda é pouco expressiva, quando comparada com alguns países avançados. Em 2013, as instituições cooperativas francesas possuíam 60% de participação no mercado financeiro local; cerca de 97,5 milhões de pessoas residentes nos Estados Unidos eram associadas de cooperativas de crédito; e mais de 35% da população alemã operava com um banco cooperativo, fato que fazia com que o segmento fosse responsável por 20% dos depósitos, 50% do crédito rural e 35% nos créditos para pequenas e médias empresas (MEINEN e PORT, 2014).

¹⁰ Em 2003, o segmento contava com cerca de 1,9 milhões de associados, quantitativo que atingiu, aproximadamente, 7,0 milhões em 2013 (MEINEN e PORT, 2014).

¹¹ A metodologia para apurar o PR é definida pela Resolução nº 4.192, de março de 2013. Para as cooperativas de crédito, o PR assume grandeza praticamente idêntica ao do Patrimônio Líquido.

¹² O número de cooperativas de crédito singulares e o volume das operações de crédito dessas entidades, relativos ao período de 2003 a 2012, apresentados neste artigo foram fornecidos pelo BCB por intermédio do protocolo e-Sic 18600.005176/2013-87 (Banco Central do Brasil, 2013). Os dados de 2013 foram coletados no sítio do BCB (Banco Central do Brasil, 2014). Por tratar apenas com entidades ativas, os números de cooperativas divergem daqueles apresentados no sítio da autarquia.

incorporações visando obter ganho de escala e proporcionando o fortalecimento das organizações individuais e do segmento de forma geral.

Quanto à distribuição geográfica das sedes, observa-se forte concentração nas regiões Sudeste e Sul, com, respectivamente, 47,8% e 31,0% das cooperativas no final de 2013, com destaque para São Paulo, Minas Gerais e os estados da Região Sul por possuírem número maior de entidades do que as outras três regiões.

Com a redução no número de organizações, tem se buscado a expansão dos pontos de atendimento (PAs), representando uma estratégia de ampliação da área de atuação. No final de 2003 havia 1.681 postos de atendimento cooperativo; enquanto que, em dezembro de 2013, as cooperativas possuíam 4.959 PAs, quantitativo que representava 17,78% dos pontos do país¹³, presentes em 42% dos municípios brasileiros¹⁴, sendo que em 422 municípios, eram as únicas instituições financeiras (MEINEN e PORT, 2014).

Com relação às modalidades do segmento, observa-se crescimento das cooperativas de Livre Admissão de Associados e das cooperativas de Origens Diversas; relevante redução das cooperativas do tipo Atividade Profissional, Empregados e de Crédito Rural¹⁵; e pequeno dinamismo das cooperativas formadas por Micros e Pequenos Empregadores, cujo ápice ocorreu em 2009, e as de Empresários – Vínculo Patronal, cujo apogeu verificou-se em 2008 (Tabela 2). O tímido resultado apresentado pelas cooperativas formadas apenas por empresários de diversos segmentos, criadas no biênio 2002-2003, frustrou as expectativas, fato que vai ao encontro do pensamento de Lisboa (2011), quando argumenta que a boa vontade do Estado pode produzir consequências inesperadas e infelizes, ou seja a intenção adequada na criação das regras do jogo não garante resultados satisfatórios.

A dinâmica no período revela o aspecto dual do cooperativismo de crédito marcado pela presença de organizações modernas, que dispõem de associados variados, uma ampla gama de produtos e de serviços financeiros, e conseguem reduzir os riscos da sazonalidade e da concentração setorial (tais como Livre Admissão de Associados e Origens Diversas); e de cooperativas pouco inovadoras formadas por quadro social, produtos e serviços financeiros limitados (tais como diversas de Empregados e algumas do tipo Atividade Profissional), tornando o modelo suscetível a crises.

Tabela 2: Quantitativo de cooperativas de crédito por tipo – Brasil - 2003 a 2013

Segmentação por tipo	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	303	283	275	272	267	249	218	184	165	143	119
CM - Empregadores - Micros e Pequenos	2	11	17	20	28	29	30	23	17	16	12
CM - Empregados	573	573	558	542	530	511	490	470	448	427	400
CM - Empresários - Vínculo Patronal	1	5	14	24	36	48	44	44	43	38	34
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0	7	49	85	112	123	144	166	169	176	160
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0	1	9	12	18	22	31	43	56	63	71
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0	0	0	2	4	7	11	21	23	33	45
CM - LA - pop. acima de 2 milhões hab.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	9
CM - Livre Admissão - Total	0	8	58	99	134	152	186	230	248	274	285
CM - Origens Diversas	1	1	3	3	2	8	19	29	35	39	38

¹³ O número de dependências era superado apenas pelo Banco do Brasil, que possuía 5.450 agências, representando 19,55% do total.

¹⁴ No âmbito regional, as cooperativas estavam presentes em 88% dos municípios da Região Sul; em 52% do Sudeste; em 46% do Centro-Oeste; em 15% do Norte; e 8% do Nordeste.

¹⁵ A redução das cooperativas do tipo Atividade Profissional e de Empregados vem ocorrendo devido a encerramentos de atividades, incorporações e transformações para outra modalidade; enquanto que as de Crédito Rural vem acontecendo, principalmente, de transformações para Livre Admissão de Associados.

Crédito Mútuo - Total	880	881	925	960	997	997	987	980	956	937	888
Crédito Rural	449	433	412	381	361	357	328	300	277	250	235
Luzzatti	12	10	10	10	10	9	8	8	7	7	5
Total	1341	1324	1347	1351	1368	1363	1323	1288	1240	1194	1128

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Banco Central do Brasil (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Quanto ao aspecto regional, observa-se que havia 56 cooperativas na Região Norte em dezembro 2013 (Tabela 3), sendo que três modalidades possuíam 84% do total, uma vez que existiam 24 unidades pertencentes à modalidade de Empregados (17 no Pará), 12 de Crédito Rural (11 em Rondônia) e 11 de Livre Admissão de Associados (7 em Rondônia). Por outro lado, a região possuía apenas uma de Origens Diversas, localizada no Pará, apesar de seu aspecto moderno. Ademais, percebe-se relevante redução no quantitativo do tipo Empregados, que representava 43% do total em 2013 diante de 59,4% em 2003.

Tabela 3: Quantitativo de cooperativas de crédito por tipo – Região Norte - 2003 a 2013

Segmentação por tipo	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	7	7	8	7	8	9	9	9	6	4	4
CM - Empregadores - Micros e Pequenos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CM - Empregados	41	42	42	41	39	38	35	33	32	29	24
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0	0	0	2	2	2	3	3	4	4	4
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0	0	0	0	2	2	4	4	5	5	5
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0	0	0	0	1	1	1	2	2	4	5
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CM - LA - pop. acima de 2 milhões hab.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CM - Livre Admissão - Total	0	0	0	0	3	3	5	6	7	9	11
CM - Origens Diversas	0	0	0	0	0	0	0	1	2	2	1
Crédito Mútuo - Total	48	49	50	50	52	52	52	52	51	48	44
Crédito Rural	21	21	21	21	19	19	22	20	16	15	12
Luzzatti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	69	70	71	71	71	71	74	72	67	63	56

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Banco Central do Brasil (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Na Região Nordeste havia 96 cooperativas no final de 2013, sendo 30 de Empregados (10 localizadas na Paraíba e 7 na Bahia) e 30 de Crédito Rural (17 instaladas na Bahia e 5 em Pernambuco), modalidades que representavam 62,5% do total, apesar de significativa redução no período (Tabela 4). Constata-se relevante diminuição das cooperativas do tipo Atividade Profissional, que alcançou 13 organizações (6 na Bahia); crescente participação das de Livre Admissão de Associados, que atingiu 15 entidades (8 na Bahia), significando 15,6% do total em 2013; e pequena presença das de Origens Diversas (duas no Rio Grande do Norte, uma em Alagoas e uma no Ceará), apesar de sua característica moderna.

Tabela 4: Quantitativo de cooperativas de crédito por tipo – Região Nordeste - 2003 a 2013

Segmentação por tipo	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	30	27	27	26	26	24	22	20	17	15	13
CM - Empregadores - Micros e Pequenos	0	0	0	1	1	2	2	2	2	1	1
CM - Empregados	48	48	46	45	44	44	44	41	37	32	30
CM - Empresários - Vínculo Patronal	1	1	1	2	4	4	4	5	5	3	3
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0	0	0	0	0	0	3	6	7	9	10
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0	0	0	0	0	1	1	2	2	4	4
CM - LA - pop. acima de 2 milhões hab.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CM - Livre Admissão - Total	0	0	0	0	0	2	5	9	10	14	15
CM - Origens Diversas	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	4
Crédito Mútuo - Total	79	76	74	74	75	76	77	78	72	67	66
Crédito Rural	54	49	51	54	53	55	50	46	39	33	30
Luzzatti	5	4	4	4	4	4	3	3	2	2	0
Total	138	129	129	132	132	135	130	127	113	102	96

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Banco Central do Brasil (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Em dezembro de 2013, observa-se que havia 87 cooperativas na Região Centro-Oeste, sendo que 40 de Livre Admissão (24 situadas em Goiás e 11 no Mato Grosso), perfazendo 46% do total; forte redução das unidades do tipo Atividade Profissional (das 6 unidades, 3 estavam localizadas em Goiás) e de Empregados (das 24 entidades, 14 estavam fixadas no Distrito Federal); expressiva diminuição das de Crédito Rural (das 7 organizações, 5 estavam estabelecidas em Goiás), fruto, principalmente, da migração para a modalidade de Livre Admissão de Associados; e pequeno número das de Origens Diversas (duas em Mato Grosso e uma em Goiás), apesar de seu caráter moderno (Tabela 5).

Tabela 5: Quantitativo de cooperativas de crédito por tipo – Região Centro-Oeste - 2003 a 2013

Segmentação por tipo	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	30	23	21	20	19	20	17	14	13	8	6
CM - Empregadores - Micros e Pequenos	0	1	1	1	4	5	5	3	2	2	2
CM - Empregados	41	41	40	41	41	40	38	38	30	27	24
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0	0	1	3	5	8	8	8	8	6	5
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0	0	1	4	6	11	14	19	17	16	14
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0	0	0	0	1	2	3	5	8	10	12
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0	0	0	0	0	1	3	7	7	12	13
CM - LA - pop. acima de 2 milhões hab.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CM - Livre Admissão - Total	0	0	1	4	7	14	20	31	32	38	40
CM - Origens Diversas	0	0	1	1	0	0	1	1	1	2	3
Crédito Mútuo - Total	71	65	65	70	76	87	89	95	86	83	80
Crédito Rural	42	42	42	37	38	31	23	14	13	10	7
Luzzatti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	113	107	107	107	114	118	112	109	99	93	87

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Banco Central do Brasil (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

A Região Sudeste possuía 539 cooperativas de crédito em 2013 (Tabela 6) e exibiu expressiva participação do tipo de Empregados (das 278 entidades, 159 estavam acomodadas em São Paulo e 60 em Minas Gerais); relevante fatia de mercado das de Livre Admissão (das 117 firmas, 98 estavam situadas em Minas Gerais); pequena presença das de Origens Diversas apesar de seu estilo moderno (das 16 organizações, 13 estavam localizadas em São Paulo); e forte redução das cooperativas do tipo Atividade Profissional (das 64 unidades, 28 estavam instaladas em São Paulo e 20 em Minas Gerais) e das de Crédito Rural (das 40 entidades, 19 estavam acomodadas em São Paulo e 16 em Minas Gerais).

Tabela 6: Quantitativo de cooperativas de crédito por tipo – Região Sudeste - 2003 a 2013

Segmentação por tipo	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	170	162	157	157	154	137	119	96	88	77	64
CM - Empregadores - Micros e Pequenos	0	3	5	7	10	9	9	8	7	7	5
CM - Empregados	391	390	378	363	354	337	322	311	302	293	278
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0	3	4	8	16	21	18	18	19	20	17
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0	6	22	36	51	52	63	69	69	74	74
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0	0	6	7	10	11	14	18	21	22	24
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0	0	0	2	2	2	4	5	5	8	16
CM - LA - pop. acima de 2 milhões hab.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3
CM - Livre Admissão - Total	0	6	28	45	63	65	81	92	95	105	117
CM - Origens Diversas	0	0	1	1	1	6	9	13	17	19	16
Crédito Mútuo - Total	561	564	573	581	598	575	558	538	528	521	497
Crédito Rural	153	137	118	101	80	79	67	59	56	44	40
Luzzatti	4	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2
Total	718	704	694	685	681	656	627	599	586	567	539

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Banco Central do Brasil (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Na Região Sul, constata-se que havia 350 cooperativas de crédito em 2013 (Tabela 7), sendo que 146 pertenciam ao grupo de crédito rural (64 estabelecidas no Paraná e 50 em Santa Catarina); 102 do tipo Livre Admissão de Associados (36 fixadas no Paraná, 34 no Rio Grande do Sul e 32 em Santa Catarina); 14 de Origens Diversas (7 no Paraná e 7 em Santa Catarina); e relevante redução no quantitativo da modalidade de Atividade Profissional (das 32 unidades, 21 estavam assentadas no Rio Grande do Sul).

Tabela 7: Quantitativo de cooperativas de crédito por tipo – Região Sul - 2003 a 2013

Segmentação por tipo	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	66	64	62	62	60	59	51	45	41	39	32
CM - Empregadores - Micros e Pequenos	2	7	11	11	13	13	14	10	6	6	4
CM - Empregados	52	52	52	52	52	52	51	47	47	46	44
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0	1	8	9	9	13	11	10	7	5	5
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0	1	26	45	53	57	62	73	77	80	66
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0	1	3	5	6	8	10	12	18	18	20
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0	0	0	0	2	3	3	7	9	9	11
CM - LA - pop. acima de 2 milhões hab.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5
CM - Livre Admissão - Total	0	2	29	50	61	68	75	92	104	108	102
CM - Origens Diversas	1	1	1	1	1	2	9	13	14	14	14
Crédito Mútuo - Total	121	127	163	185	196	207	211	217	219	218	201
Crédito Rural	179	184	180	168	171	173	166	161	153	148	146
Luzzatti	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Total	303	314	346	356	370	383	380	381	375	369	350

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Banco Central do Brasil (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

4.2. Dinâmica da carteira de crédito

O cooperativismo de crédito tem apresentado relevante expansão desde a década de 1990. Observa-se que as normas aplicáveis ao segmento, ao se aproximar daquelas exigidas às demais instituições financeiras vêm proporcionando a criação de campo fértil propício à expansão do capital. Entretanto, a modernidade e tecnicismo que se imprime ao crédito cooperativo, aliados ao atendimento de sofisticados levantamentos e comprovações de condições básicas para autorizar a criação de cooperativas de crédito, partindo de exigências oficiais, criam, contudo, uma política de elitização do crédito cooperativo (CAMPOS, 2010).

Como reflexo da melhora do ambiente de negócios, verifica-se a evolução das operações de crédito¹⁶ das cooperativas singulares no período de 2003 a 2013, cujo montante atingiu cerca de R\$ 54.648 milhões no último ano da série (Tabela 8).

Tabela 8: Operações de Crédito (em R\$ milhões) – regiões do Brasil - 2003 a 2013

Região	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nordeste	288	333	385	471	601	779	955	1.174	1.563	1.940	2.304
Norte	107	144	198	241	294	360	430	529	776	967	1.259
Centro-Oeste	757	1.005	1.209	1.455	1.990	2.736	3.208	4.245	5.551	7.095	8.490
Sudeste	2.572	3.108	3.874	4.784	6.027	7.580	8.601	9.784	12.166	14.744	17.373
Sul	2.173	3.183	3.694	4.418	6.113	9.089	10.372	12.506	15.666	19.925	25.222
Brasil	5.896	7.773	9.359	11.370	15.025	20.544	23.566	28.238	35.723	44.672	54.648

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Verifica-se que as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul apresentaram tendência de crescimento na participação relativa das operações de crédito ao longo da série, cujas médias alcançaram 1,99%, 13,97% e 42,18%, respectivamente (Tabela 9). Percebe-se significativa expansão na fatia de mercado da Região Sul, com suas 350 cooperativas ofertando 46,15% em 2013; e forte redução na participação da região Sudeste, com suas 539 cooperativas emprestando 31,79% em 2013, diante de 43,62% em 2003.

Tabela 9: participação relativa das operações de crédito nas regiões brasileiras – 2003 a 2013

UF	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nordeste	4,88	4,28	4,11	4,15	4,00	3,79	4,05	4,16	4,38	4,34	4,22
Norte	1,81	1,85	2,11	2,12	1,96	1,75	1,82	1,87	2,17	2,16	2,30
Centro-Oeste	12,83	12,93	12,91	12,80	13,25	13,32	13,61	15,03	15,54	15,88	15,54
Sudeste	43,62	39,99	41,39	42,07	40,11	36,90	36,50	34,65	34,06	33,01	31,79
Sul	36,86	40,95	39,47	38,86	40,68	44,24	44,01	44,29	43,85	44,60	46,15
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

No período estudado ocorreram mudanças importantes com destaque para os estados do Sul, com o Rio Grande do Sul, que possuía 117 cooperativas, alcançando a primeira posição a partir de 2007 e sendo responsável por 18,47% das operações de crédito em 2013 (Tabela 10). Nesse ano, o Paraná, que tinha 121 entidades, atingiu a segunda posição com 15,06% e Santa Catarina, que contava com 112 organizações, chegou à quarta posição com 12,62%. Por outro lado, São Paulo, que possuía 250

¹⁶ A conta Operações de Crédito (rubrica 16000001 do COSIF) = Empréstimos e Títulos Descontados (rubrica 16100004 do COSIF) + Financiamentos (rubrica 16200007 do COSIF) + Financiamentos Rurais e Agroindustriais (rubrica 16300000 do COSIF) - Provisões para Operações de Crédito (rubrica 16900008 do COSIF). O COSIF é o Plano Contábil das Instituições do SFN que apresenta os critérios e procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, bem como a estrutura de contas e modelos de documentos previstos no mesmo.

cooperativas, e Minas Gerais, que tinha 200 entidades, contraíram suas operações de crédito em 7,22% e 5,02%, respectivamente, quando comparadas com 2003¹⁷.

Em 2013, quatro estados apresentaram dois dígitos de participação no SFN: Mato Grosso, que contava com 21 cooperativas, atingiu 13% dos empréstimos e 14% dos depósitos; Santa Catarina alcançou 12% dos empréstimos e o maior *market share* da história do cooperativismo em depósitos, com a marca de 17%; Rondônia, que possuía 22 unidades, chegou a 10,5% dos empréstimos; e o Espírito Santo, que tinha 31 organizações, atingiu 10,1% dos empréstimos (MEINEN e PORT, 2014). Ainda em 2013, a Região Sul atingiu pela primeira vez a marca dos dois dígitos no SFN (10,1% dos depósitos totais), fato que incentiva as demais Unidades da Federação, regiões e o conjunto do movimento na busca de semelhante patamar (MEINEN e PORT, 2014).

Quanto ao aspecto regional, constata-se que as concessões de crédito na Região Norte são superiores à capacidade de geração de recursos, num ambiente atípico de alta demanda e condições de atendimento restritas (MEINEN e PORT, 2014). As melhores médias de empréstimos do cooperativismo de crédito pertenceram à Rondônia e ao Pará, que contava com 21 cooperativas, com 60,10% e 23,05%, respectivamente, apesar da tendência decrescente do estado paraense. Percebe-se incremento do Tocantins, que possuía apenas duas cooperativas e ambas do tipo Livre Admissão de Associados, cuja participação atingiu 7,15% em 2013 (Tabela 11).

Tabela 11: participação relativa das operações de crédito na Região Norte – 2003 a 2013

UF	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
AC	5,07	3,37	3,43	3,87	3,74	4,32	4,89	5,04	3,85	3,13	3,34
AP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,15	0,22	0,26
AM	8,16	6,73	7,78	9,38	10,94	10,64	9,00	9,54	7,45	6,38	4,64
PA	25,76	22,86	22,68	21,29	21,98	22,29	25,11	25,54	24,52	20,94	20,53
RO	57,67	63,71	63,09	62,38	59,87	59,06	56,43	54,77	58,58	62,00	63,54
RR	0,80	0,58	0,60	0,70	0,78	0,54	0,72	0,59	0,50	0,58	0,53
TO	2,55	2,75	2,42	2,39	2,69	3,15	3,84	4,52	4,95	6,75	7,15
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Na Região Nordeste, o sistema financeiro capta recursos superiores à concessão de crédito, revelando existência de disponibilidade para atender à demanda por empréstimos (MEINEN e PORT, 2014). A Paraíba, que tinha 14 cooperativas, foi o estado que obteve o melhor resultado, alcançando 27,69% de empréstimos do segmento no último ano do período ante 12,79% em 2003; a Bahia, que contava com 38 entidades, conseguiu a maior média no período, 28,85%, graças aos primeiros anos da série, quando chegou a ofertar 40,88% em 2003; Pernambuco, que possuía 14 organizações, e Ceará, que tinha 6 unidades, em trajetórias ascendentes, ocupavam a terceira e quarta posições com 16,13% e 14,08%, respectivamente, em 2013 (Tabela 12).

¹⁷ No conjunto das 100 maiores cooperativas em 2013, em termos de ativos totais, 32 estavam localizadas no Rio Grande do Sul; 16 no Paraná; 13 em Santa Catarina; 9 no Mato Grosso e em São Paulo; 5 no Espírito Santo; 3 em Goiás e no Mato Grosso do Sul; duas em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rondônia; e uma na Paraíba, Alagoas, Ceará e Distrito Federal (MEINEN e PORT, 2014), números que revelam a força do cooperativismo de crédito no sul do país.

Tabela 12: participação relativa das operações de crédito na Região Nordeste - 2003 a 2013

UF	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
AL	13,62	10,77	12,62	11,90	12,93	12,18	11,23	9,95	9,09	9,62	9,81
BA	40,88	39,00	35,98	35,13	32,23	27,94	25,28	22,59	20,72	19,27	18,31
CE	11,60	13,08	12,84	12,75	13,20	14,76	13,98	13,33	13,10	12,95	14,08
MA	1,39	1,54	1,79	1,68	1,63	1,28	1,52	2,22	2,58	2,61	2,41
PB	12,79	15,96	17,45	17,42	17,83	20,53	24,26	28,62	28,86	27,94	27,69
PE	9,34	9,84	10,21	9,96	12,17	12,76	13,48	12,86	14,20	15,63	16,13
PI	1,09	0,89	0,94	0,92	0,90	0,75	0,98	0,95	0,79	0,86	0,86
RN	8,42	8,03	7,28	9,31	7,90	8,13	7,28	7,08	7,67	7,99	7,29
SE	0,88	0,88	0,90	0,92	1,22	1,68	1,98	2,41	2,98	3,13	3,43
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Apesar de a Região Centro-Oeste ser um campo fértil para o cooperativismo e apresentar forte vocação rural, o segmento necessita ampliar a oferta de crédito e buscar alternativas para alavancar os financiamentos do campo (MEINEN e PORT, 2014). O estado de Mato Grosso manteve-se na primeira colocação dos empréstimos do segmento em toda a série e aumentou sua participação, atingindo 48,55% em 2013; Goiás, que contava com 40 cooperativas, ascendeu para a segunda posição a partir de 2010 e ofertou 23,72% das operações de crédito no final da série; o Distrito Federal, que possuía 17 entidades, foi rebaixado para a terceira posição e sua parcela do mercado vem decrescendo constantemente desde 2006, alcançando 15,80% em 2013; e Mato Grosso do Sul, que tinha 9 organizações, apresentou oscilações e sua média no período foi de 11,30% (Tabela 13).

Tabela 13: participação relativa das operações de crédito na Região Centro-Oeste - 2003 a 2013

UF	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
DF	30,85	32,26	33,49	33,57	29,67	25,18	23,95	20,94	19,14	17,31	15,80
GO	21,38	20,65	21,94	21,46	21,13	21,47	23,35	24,72	25,48	24,05	23,72
MT	37,62	38,11	34,30	34,21	36,65	40,11	40,47	42,93	44,25	46,99	48,55
MS	10,15	8,98	10,26	10,76	12,55	13,24	12,23	11,41	11,14	11,65	11,93
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Em 2013, a Região Sudeste concentrava mais de 60% do PIB financeiro nacional, num ambiente de competitividade bastante acirrada, característica que faz com que o cooperativismo encontre dificuldades para ampliar sua participação no mercado (MEINEN e PORT, 2014). O estado de São Paulo foi responsável pela maior parte das operações de crédito, apesar das reduções nos últimos anos, cuja média no período atingiu 47,93%; Minas Gerais permaneceu com relevante participação cuja média alcançou 38,18%; Espírito Santo apresentou forte crescimento mais do que dobrando sua fatia de mercado e chegando a 12,75% em dezembro de 2013; e o Rio de Janeiro,

que possuía 58 cooperativas, permaneceu com baixa participação, cuja média girou em torno de 5,15%¹⁸ (Tabela 14).

Tabela 14: participação relativa das operações de crédito na Região Sudeste – 2003 a 2013

UF	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ES	5,49	6,20	6,36	7,72	8,95	8,89	9,45	9,56	9,77	10,91	12,75
MG	38,46	37,37	38,42	39,36	38,87	38,84	38,06	37,81	38,17	37,68	36,97
RJ	6,25	5,80	5,69	5,24	5,14	4,66	4,63	4,66	5,05	4,94	4,62
SP	49,81	50,62	49,52	47,68	47,04	47,61	47,86	47,97	47,01	46,46	45,65
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

A Região Sul possuía o segundo maior PIB financeiro nacional em 2013 (15% do mercado) e suas instituições bancárias oferecem vasta oferta de produtos e serviços financeiros, fato que acirra a competitividade (MEINEN e PORT, 2014). Observa-se que o Rio Grande do Sul ofertou maior quantidade de crédito em toda a série, atingindo 40,02% em 2013, embora venha perdendo espaço e apresentando constantes reduções desde 2007; a fatia de mercado do Paraná vem apresentando oscilações, com a média alcançando 30,67% no período; e a participação relativa de Santa Catarina vem crescendo, com o estado atingindo 27,35% no final da série (Tabela 15).

Tabela 15: participação relativa das operações de crédito na Região Sul – 2003 a 2013

UF	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PR	32,40	33,11	30,73	29,41	29,44	31,19	29,36	28,29	29,79	31,02	32,63
RS	46,84	47,73	48,02	48,39	48,07	47,88	45,74	45,41	42,84	41,22	40,02
SC	20,75	19,17	21,25	22,20	22,49	20,94	24,90	26,29	27,37	27,76	27,35
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Quanto à dinâmica das operações de crédito realizadas por tipo de cooperativas, observa-se relevante ascensão das entidades de Origens Diversas (fortalecida com a Resolução nº 3.442/2007) e, principalmente, as de Livre Admissão de Associados (criadas com a Resolução nº 3.106/2003) que ofertaram, respectivamente, 14,21% e 57,49% em dezembro de 2013; significativa redução na participação das organizações de Atividade Profissional, de Empregados e de Crédito Rural; o pouco dinamismo das de Empregadores - Micros e Pequenos e das de Empresários - Vínculo Patronal; e o pequeno crescimento das Luzzattis (Tabela 16). Quatro fatores são marcantes na estrutura do segmento no período estudado: a transformação para a modalidade de Livre Admissão de Associados, principalmente as de crédito rural; a agregação de novos públicos de associados; a união de cooperativas distintas formando organizações do tipo Origens Diversas; e a tímida participação das cooperativas formadas por empresários, fato que demanda estratégias específicas visando atrair os empreendedores individuais e as micro e pequenas (que representam menos de 10% do quadro social do conjunto das cooperativas), entidades que são muito importantes no cooperativismo financeiro mundial (MEINEN e PORT, 2014).

¹⁸ Dois fatos explicam a redução da participação do Rio de Janeiro e de São Paulo: a liquidação da Central CECRERJ, em 2003, que empurrou suas filiadas para o grupamento das independentes, com os naturais reflexos em termos de economia de escala e escopo; e a característica da população paulista, especialmente urbana e consumista, que dispõem de elástica oferta de produtos e serviços financeiros, alguns dos quais indisponíveis no cooperativismo, permitindo vantagens competitivas ao sistema bancário, via diversidade de preços, volume individual e limites técnicos (MEINEN e PORT, 2014).

Tabela 16: distribuição das operações de crédito por tipo de cooperativa no Brasil - 2003 a 2013

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	18,06	16,39	16,86	17,29	16,67	15,12	12,05	9,60	8,60	7,81	6,97
CM - Empregadores - Micros e Pequenos	0,03	1,12	1,19	1,15	1,69	1,80	1,95	1,16	0,73	0,65	0,44
CM - Empregados	21,33	19,97	20,22	19,42	17,03	14,32	14,01	12,77	11,76	10,57	9,38
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0,02	0,04	0,44	0,59	0,72	0,86	0,89	0,91	0,82	0,83	0,91
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0,00	1,20	10,84	20,91	25,88	28,98	29,04	31,32	29,33	29,21	26,97
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0,00	1,05	3,35	5,09	6,89	8,09	9,20	9,43	13,61	13,85	14,67
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,77	2,01	3,01	3,78	7,86	8,53	10,69	11,34
CM - LA - pop. acima de 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,60	4,51
CM - Livre Admissão - Total	0,00	2,25	14,19	26,76	34,78	40,08	42,01	48,61	51,47	54,34	57,49
CM - Origens Diversas	0,04	0,04	0,20	0,20	0,12	2,18	6,97	12,08	13,09	13,88	14,21
Crédito Mútuo - Total	39,48	39,81	53,10	65,42	71,01	74,36	77,88	85,12	86,47	88,08	89,41
Crédito Rural	58,90	58,43	45,12	32,71	27,07	23,80	19,94	12,39	10,90	9,19	7,83
Luzzatti	1,62	1,76	1,78	1,87	1,92	1,84	2,18	2,49	2,63	2,73	2,76
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Com relação à distribuição regional, constata-se que na Região Norte, que possuía 56 cooperativas no final de 2013, as 11 entidades de Livre Admissão de Associados (7 localizadas em Rondônia, duas no Pará e duas no Tocantins) alcançaram 64,22% das operações de crédito; as 24 organizações de Empregados ofertaram 12,04%; e as demais 21 cooperativas das demais modalidades emprestaram 23,74% (Tabela 17), números que mostram a força das cooperativas de Livre Admissão de Associados.

Tabela 17: distribuição das operações de crédito por tipo de cooperativa na Região Norte - 2003 a 2013

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	17,43	13,42	13,87	16,06	18,58	19,74	19,17	18,75	10,56	6,36	5,31
CM - Empregadores - Micros e Pequenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CM - Empregados	28,25	25,30	24,58	22,87	23,80	24,02	23,53	20,00	15,30	13,40	12,04
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0,00	0,00	0,00	0,87	2,22	2,21	1,85	2,55	3,15	3,04	3,96
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0,00	0,00	0,00	0,00	8,27	9,99	12,02	18,71	28,12	30,97	32,44
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	11,01	10,13	10,35	15,82	18,91	22,61	28,33
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,45
CM - LA - pop. acima de 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CM - Livre Admissão - Total	0,00	0,00	0,00	0,00	19,29	20,12	22,37	34,53	47,04	53,58	64,22
CM - Origens Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,69	4,99	6,40	3,09
Crédito Mútuo - Total	45,68	38,72	38,46	39,80	63,88	66,08	66,91	76,52	81,03	82,78	88,62
Crédito Rural	54,32	61,28	61,54	60,20	36,12	33,92	33,09	23,48	18,97	17,22	11,38
Luzzatti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Nessa região, Rondônia, que possui foco preponderante rural (MEINEN e PORT, 2014) destaca-se por ter sido a unidade federativa que mais ofertou crédito no período estudado (Tabela 11). Em 2013, as 7 cooperativas de Livre Admissão de Associados foram responsáveis por 74,71% das operações de crédito e as 11 de Crédito Rural emprestaram 16,36% (Tabela 18), números que evidenciam a robustez das cooperativas de Livre Admissão de Associados.

Tabela 18: distribuição das operações de crédito por tipo de cooperativa em Rondônia - 2003 a 2013

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	5,70	4,30	3,84	4,69	6,37	6,53	6,22	7,09	5,52	0,00	0,00
CM - Empregados	5,37	4,49	3,87	2,91	5,09	5,90	5,09	5,50	4,11	3,73	3,62
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0,00	0,00	0,00	1,39	3,72	3,74	3,13	3,77	4,60	4,07	5,31
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0,00	0,00	0,00	0,00	12,20	15,24	16,39	20,81	30,09	34,84	35,94
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	18,40	17,15	18,34	24,37	27,96	31,62	38,76
CM - Livre Admissão - Total	0,00	0,00	0,00	0,00	30,59	32,39	34,74	45,18	58,05	66,45	74,71
Crédito Mútuo - Total	11,07	8,79	7,72	8,99	45,77	48,56	49,18	61,54	72,28	74,25	83,64
Crédito Rural	88,93	91,21	92,28	91,01	54,23	51,44	50,82	38,46	27,72	25,75	16,36
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Na Região Nordeste, que contava com 96 cooperativas em dezembro de 2013, observa-se que as 15 de Livre Admissão de Associados (8 na Bahia, 3 na Paraíba, 3 em Pernambuco e uma no Rio Grande do Norte), cujo início de suas atividades ocorreu apenas em 2008, ofertaram 35,22% das operações de crédito em 2013; as 4 entidades de Origens Diversas (duas no Rio Grande do Norte, uma em Alagoas e uma no Ceará) emprestaram 22,38%; as 30 organizações formadas por Empregados desembolsaram 21,05%, e as outras 47 firmas ofertaram 21,35% (Tabela 19), resultado que revela a significativa participação das cooperativas de Origens Diversas e de Livre Admissão de Associados na região.

Tabela 19: distribuição das operações de crédito por tipo de cooperativa na Região Nordeste

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	50,02	51,89	51,62	52,73	55,70	48,97	43,64	34,01	32,05	24,99	13,94
CM - Empregadores - Micros e Pequenos	0,00	0,00	0,00	0,52	0,65	1,28	1,50	1,50	1,35	0,49	0,46
CM - Empregados	18,55	23,70	27,05	27,40	27,06	26,15	26,40	23,68	22,73	22,50	21,05
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0,44	0,42	0,39	0,33	0,90	1,35	1,60	2,16	1,90	1,63	1,58
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,20	0,35	0,47	0,46	0,49	0,46
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,43	7,18	8,22	9,94	11,48
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,80	12,38	18,96	20,39	23,12	23,28
CM - LA - pop. acima de 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CM - Livre Admissão - Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,00	15,16	26,62	29,08	33,54	35,22
CM - Origens Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,23	4,10	10,95	22,38
Crédito Mútuo - Total	69,02	76,01	79,06	80,98	84,31	86,76	88,29	91,19	91,21	94,11	94,63
Crédito Rural	30,77	23,80	20,71	18,85	15,49	13,10	11,60	8,69	8,67	5,77	5,37
Luzzatti	0,21	0,19	0,23	0,17	0,20	0,14	0,11	0,11	0,12	0,12	0,00
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

O estado da Paraíba se destaca na região pelo crescimento de sua participação relativa no volume financeiro emprestado no período 2003-2013 (Tabela 12). Percebe-

se o vigor das 3 cooperativas de Livre Admissão de Associados que desembolsaram 75,79% em 2013; e as 10 de Empregados que ofertaram 20,93%, números que demonstram a importância das cooperativas de Livre Admissão de Associados (Tabela 20).

Tabela 20: distribuição das operações de crédito por tipo de cooperativa na Paraíba - 2003 a 2013

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	67,38	58,50	55,01	53,88	50,53	11,16	10,08	8,74	9,10	0,00	0,00
CM - Empregados	32,59	41,31	44,84	46,01	49,40	44,98	37,47	30,12	25,50	23,41	20,93
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,03	2,16	2,98	3,27
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,98	1,44	1,65	1,61	1,75	1,67
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42,89	51,00	58,46	61,63	71,86	74,13
CM - Livre Admissão - Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43,87	52,44	60,11	63,24	73,62	75,79
Crédito Mútuo - Total	99,97	99,81	99,85	99,89	99,93	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Crédito Rural	0,03	0,19	0,15	0,11	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

A Bahia, apesar de constante decréscimo na sua participação relativa, ocupou a segunda posição na região em 2013 ao ofertar 18,31% das operações de crédito, valor bem inferior aos 40,88% obtidos em 2003 (Tabela 12). No último ano da série, as 8 cooperativas de Livre Admissão de Associados emprestaram 45,87% no estado, sendo seguidas pelas 17 de Crédito Rural que desembolsaram 20,34%, números que indicam o valor das cooperativas de Livre Admissão de Associados (Tabela 21).

Tabela 21: distribuição das operações de crédito por tipo de cooperativa na Bahia - 2003 a 2013

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	19,81	23,14	26,25	30,76	36,75	38,98	34,56	25,80	24,23	24,07	15,49
CM - Empregados	15,54	17,77	19,04	19,19	18,91	19,47	20,10	18,61	16,22	17,27	18,31
CM - Empresários - Vínculo Patronal	1,08	1,07	1,07	0,73	0,90	0,68	0,60	0,59	0,63	0,00	0,00
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,16	22,82	25,09	35,02	42,69
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,48	3,18
CM - Livre Admissão - Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,16	22,82	25,09	37,49	45,87
Crédito Mútuo - Total	36,44	41,97	46,36	50,68	56,56	59,14	61,42	67,83	66,17	78,83	79,66
Crédito Rural	63,54	58,03	53,64	49,32	43,44	40,86	38,58	32,17	33,83	21,17	20,34
Luzzatti	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

O estado de Pernambuco apresentou tendência crescente em sua participação relativa na região (Tabela 12). Em 2013, a única cooperativa de Atividade Profissional (formada por profissionais da saúde) desembolsou 33,47% das operações de crédito, enquanto que as 4 de Empregados e as 3 de Livre Admissão de Associados ofertaram 33,33% e 30,31%, respectivamente, números que apontam para a força das entidades estruturadas pelos profissionais da saúde (Tabela 22).

Tabela 22: distribuição das operações de crédito por tipo de cooperativa em Pernambuco - 2003 a 2013

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	72,95	60,10	54,80	52,91	58,94	55,04	44,90	33,11	26,94	27,85	33,47
CM - Empregados	23,51	35,61	38,56	38,89	32,54	35,17	37,13	26,72	35,46	38,21	33,33
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0,00	0,00	0,00	0,74	3,03	3,54	4,46	5,90	3,66	3,46	2,73
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,48	15,75	14,55	13,12	16,87
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,37	18,34	16,36	13,44
CM - Livre Admissão - Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,48	33,12	32,89	29,48	30,31
Crédito Mútuo - Total	96,46	95,71	93,36	92,55	94,51	93,74	92,97	98,86	98,95	99,01	99,84
Crédito Rural	3,30	3,92	6,00	6,54	4,45	5,49	6,30	0,30	0,23	0,21	0,16
Luzzatti	0,25	0,38	0,64	0,91	1,04	0,77	0,73	0,84	0,82	0,78	0,00
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Na Região Centro-Oeste, que contava com 87 cooperativas no final de 2013, as 40 entidades de Livre Admissão de Associados (24 em Goiás, 11 em Mato Grosso e 5 no Mato Grosso do Sul) e as 24 de Empregados (14 no Distrito Federal) lideravam as estatísticas ao ofertarem 69,1% e 15,53%, respectivamente das operações de crédito (Tabela 23). As demais 23 organizações desembolsaram 15,37%, resultado que demonstra a relevância das cooperativas de Livre Admissão de Associados.

Tabela 23: distribuição das operações de crédito por tipo de cooperativa na Região Centro- Oeste

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	15,68	15,59	17,00	17,77	17,31	15,94	11,09	8,78	8,03	6,93	7,67
CM - Empregadores - Micros e Pequenos	0,00	0,10	0,17	0,10	0,90	1,07	1,12	0,47	0,65	0,54	0,38
CM - Empregados	34,95	35,81	37,38	36,70	31,95	26,82	25,41	22,19	19,95	17,84	15,53
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0,00	0,00	0,06	0,26	0,82	0,82	0,98	0,99	1,18	1,15	0,82
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0,00	0,00	1,16	6,95	14,75	24,85	27,42	37,33	31,04	29,10	21,31
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	4,44	7,11	11,00	10,40	21,13	22,27	31,75
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,15	3,44	7,30	7,29	12,63	14,46
CM - LA - pop. acima de 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,58
CM - Livre Admissão - Total	0,00	0,00	1,16	6,95	19,19	34,11	41,86	55,03	59,46	64,00	69,10
CM - Origens Diversas	0,00	0,00	0,48	0,60	0,00	0,00	4,66	3,84	3,95	3,89	4,78
Crédito Mútuo - Total	50,63	51,50	56,24	62,38	70,18	78,76	85,12	91,30	93,22	94,35	98,28
Crédito Rural	49,37	48,50	43,76	37,62	29,82	21,24	14,88	8,70	6,78	5,65	1,72
Luzzatti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

O estado de Mato Grosso liderou a oferta de crédito na região e vem apresentando crescimento constante desde 2006 (Tabela 13). No último ano da série, suas 11 cooperativas de Livre Admissão de Associados foram responsáveis por 86% das operações de crédito, enquanto que as duas de Origens Diversas emprestaram 8,54%

(Tabela 24), números que mostram a força das cooperativas de Livre Admissão de Associados.

Tabela 24: distribuição das operações de crédito por tipo de cooperativa no Mato Grosso - 2003 a 2013

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	17,37	17,26	19,47	20,33	17,19	13,15	1,80	1,77	1,29	0,72	0,17
CM - Empregadores - Micros e Pequenos	0,00	0,00	0,00	0,00	2,04	1,54	1,47	0,19	0,24	0,26	0,26
CM - Empregados	7,82	8,27	9,78	7,42	4,14	2,64	2,35	1,76	1,61	1,38	1,29
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,32
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0,00	0,00	3,37	16,27	30,99	50,90	55,61	69,10	51,94	51,48	39,62
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,93	5,97	30,31	33,47	46,39
CM - Livre Admissão - Total	0,00	0,00	3,37	16,27	30,99	50,90	63,53	75,07	82,26	84,95	86,00
CM - Origens Diversas	0,00	0,00	1,41	1,75	0,00	0,00	11,53	8,95	8,92	8,27	8,54
Crédito Mútuo - Total	25,20	25,53	34,03	45,77	54,36	68,24	80,68	87,74	94,32	95,58	96,59
Crédito Rural	74,80	74,47	65,97	54,23	45,64	31,76	19,32	12,26	5,68	4,42	3,41
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Depois de superar o Distrito Federal em 2010, Goiás tem sido a segunda unidade federativa que mais realiza empréstimos na região (Tabela 13). Em 2013, as 24 cooperativas de Livre Admissão de Associados e as 3 de Atividade Profissional desembolsaram, respectivamente, 66,87% e 27,03% das operações de crédito, sendo que a única cooperativa formada por profissionais da saúde desembolsou 25,63%, revelando sua robustez no estado (Tabela 25).

Tabela 25: distribuição das operações de crédito por tipo de cooperativa em Goiás - 2003 a 2013

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	29,18	31,46	36,09	38,36	40,71	39,64	34,95	25,10	23,52	22,54	27,03
CM - Empregados	4,61	4,57	3,48	3,83	3,64	2,74	2,50	2,01	1,81	1,46	1,14
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0,00	0,00	0,25	1,14	3,76	3,59	3,66	3,57	4,19	4,33	2,01
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0,00	0,00	0,00	6,47	16,07	20,63	21,05	26,78	28,33	20,42	8,77
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,77	15,03	12,14	12,10	22,42	26,42
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,02	14,72	25,80	24,43	25,45	28,55
CM - LA - pop. acima de 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,13
CM - Livre Admissão - Total	0,00	0,00	0,00	6,47	16,07	42,41	50,80	64,73	64,85	68,29	66,87
CM - Origens Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,69
Crédito Mútuo - Total	33,79	36,03	39,83	49,80	64,18	88,39	91,91	95,41	94,37	96,61	99,74
Crédito Rural	66,21	63,97	60,17	50,20	35,82	11,61	8,09	4,59	5,63	3,39	0,26
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Na Região Sudeste, que possuía 539 cooperativas em dezembro de 2013, observa-se que 41,95% das operações de crédito foram realizadas pelas 117 entidades de Livre Admissão de Associados (98 em Minas Gerais, 12 em São Paulo, 6 no Espírito Santo e uma no Rio de Janeiro); 27,44% pelas 16 de Origens Diversas; e 15,2% pelas

278 de Empregados (Tabela 26)¹⁹. O resultado aponta a importância das cooperativas pertencentes à modalidade de Origens Diversas.

Tabela 26: distribuição das operações de crédito por tipo de cooperativa na Região Sudeste

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	17,81	17,23	17,26	17,25	17,00	17,72	15,20	12,47	11,06	10,85	9,55
CM - Empregadores - Micros e Pequenos	0,00	0,39	0,64	0,71	1,38	1,44	1,43	1,55	0,65	0,60	0,40
CM - Empregados	31,48	30,84	29,14	26,89	23,92	21,32	20,67	20,13	18,44	16,39	15,20
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0,00	0,05	0,24	0,33	0,53	0,66	0,60	0,59	0,70	0,78	0,77
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0,00	1,22	5,14	12,05	17,30	17,77	19,50	20,14	20,07	21,66	22,20
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0,00	0,00	2,57	4,01	4,64	4,66	5,29	6,55	8,40	8,33	8,15
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	1,83	2,04	2,20	3,54	5,14	5,05	7,64	11,13
CM - LA - pop. acima de 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,52	0,47
CM - Livre Admissão - Total	0,00	1,22	7,71	17,89	23,99	24,63	28,33	31,82	33,52	38,16	41,95
CM - Origens Diversas	0,00	0,00	0,21	0,19	0,20	4,01	9,83	23,40	26,01	27,66	27,44
Crédito Mútuo - Total	49,29	49,72	55,21	63,25	67,03	69,78	76,06	89,98	90,38	94,42	95,32
Crédito Rural	50,43	50,07	44,59	36,59	32,84	30,11	23,84	9,92	9,55	5,53	4,62
Luzzatti	0,28	0,21	0,20	0,16	0,13	0,11	0,10	0,10	0,07	0,05	0,06
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

O estado de São Paulo ofertou a maior parte das operações de crédito, apesar da tendência decrescente no período (Tabela 14). Em 2013, as 13 cooperativas de Origens Diversas, as 159 de Empregados, as 12 de Livre Admissão de Associados e as 28 de Atividade Profissional emprestaram 52,89%, 21,01%, 8,6% e 9,11%, respectivamente (Tabela 27). No conjunto das organizações de Origens Diversas, duas se destacam: uma formada por produtores rurais, engenheiros agrônomos, profissionais da saúde e empresários que foi responsável por 27,75% das operações de crédito; e a outra formada por produtores rurais e empresários que desembolsou 13,29%. Esses números demonstram a significativa participação das entidades de Origens Diversas.

Tabela 27: distribuição das operações de crédito por tipo de cooperativa em São Paulo - 2003 a 2013

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	10,62	11,17	11,09	12,04	12,23	13,05	12,01	11,24	9,57	9,10	9,11
CM - Empregadores - Micros e Pequenos	0,00	0,00	0,31	0,32	1,31	1,35	1,60	1,81	0,09	0,09	0,09
CM - Empregados	40,05	38,63	38,14	36,46	32,10	28,68	27,86	27,08	25,01	22,31	21,01
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0,00	0,09	0,47	0,51	0,85	0,92	0,81	1,09	1,29	1,43	1,43
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0,00	0,08	0,23	0,30	0,48	0,64	0,71	0,84	0,80	0,90	0,96
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,33	0,38	0,45	0,46	0,49
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,06	0,99	5,37	7,15
CM - Livre Admissão - Total	0,00	0,08	0,23	0,30	0,48	0,64	1,04	2,28	2,24	6,74	8,60
CM - Origens Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,70	14,46	42,70	48,61	51,96	52,89
Crédito Mútuo - Total	50,67	49,97	50,25	49,63	46,97	49,35	57,78	86,19	86,80	91,63	93,14
Crédito Rural	48,85	49,66	49,39	50,09	52,79	50,47	42,06	13,64	13,09	8,30	6,77
Luzzatti	0,48	0,37	0,35	0,29	0,25	0,18	0,16	0,17	0,10	0,06	0,09

¹⁹ Este resultado revela a fragilidade da modalidade de Empregados, cujas cooperativas geralmente são independentes (não estão ligadas à Central) e oferecem limitados produtos e serviços financeiros. A presença dessas entidades vai ao encontro do pensamento de North (1990), ao argumentar que mesmo que as instituições existentes não sejam as mais eficientes, como há retornos institucionais crescentes, soluções ineficientes podem persistir, mesmo que escolhidas por agentes racionais.

TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
-------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Minas Gerais ocupou a segunda posição na região em todo o período estudado e ofertou 36,97% das operações de crédito em 2013 (Tabela 14). Nesse mesmo ano, as 98 cooperativas de Livre Admissão de Associados desembolsaram 72,63%; enquanto que as 60 de Empregados foram responsáveis por 9,73% (Tabela 28), números que mostram a relevância das instituições financeiras de Livre Admissão de Associados.

Tabela 28: distribuição das operações de crédito por tipo de cooperativa em Minas Gerais - 2003 a 2013

[illegible]

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Na Região Sul, que possuía 350 cooperativas no final de 2013, observa-se expressiva expansão das de Livre Admissão de Associados, cujo início de suas atividades ocorreu em 2004, e forte redução das cooperativas de crédito rural que migraram para a nova modalidade (Tabela 29). Em 2013, as 102 entidades de Livre Admissão de Associados (36 localizadas no Paraná, 34 no Rio Grande do Sul e 32 em Santa Catarina) ofertaram 65,98% das operações de crédito; as 146 de Crédito Rural emprestaram 12,14%; as 14 de Origens Diversas desembolsaram 8,09%; e as 88 de outras modalidades foram responsáveis por 13,79%, resultados que apontam a força das cooperativas de Livre Admissão de Associados na região.

Tabela 29: distribuição das operações de crédito por tipo de cooperativa na Região Sul

[illegible]

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

O Rio Grande do Sul é o estado que mais ofertou crédito em todo o período, apesar de tendência decrescente (Tabela 15). Em 2013, as 34 cooperativas de Livre Admissão de Associados, as 21 de Atividade Profissional e as 32 de Crédito Rural foram responsáveis, respectivamente, por 78,51%, 8,78% e 6,77% das operações de crédito (Tabela 30), números que revelam a importância das organizações de Livre Admissão de Associados.

Tabela 30: distribuição das operações de crédito por tipo de cooperativa no Rio Grande do Sul - 2003 a 2013

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	10,08	8,54	9,32	9,24	7,94	7,27	8,15	7,97	8,22	8,35	8,78
CM - Empregadores - Micros e Pequenos	0,00	0,03	0,33	0,36	0,66	1,28	1,59	0,03	0,03	0,02	0,02
CM - Empregados	3,90	3,04	3,18	3,18	2,81	2,28	2,34	2,21	2,25	2,09	1,85
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,20	0,31	0,47	0,83
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0,00	3,66	45,15	65,83	63,31	63,89	60,85	59,62	52,72	52,72	52,73
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0,00	0,00	1,79	8,79	12,11	12,63	12,48	12,06	17,98	17,62	15,86
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	6,07	6,44	6,71	8,04	8,08	8,25	9,92
CM - Livre Admissão - Total	0,00	3,66	46,94	74,62	81,50	82,97	80,04	79,73	78,79	78,59	78,51
CM - Origens Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,001	0,003	0,01	0,01	0,00
Crédito Mútuo - Total	13,97	15,27	59,78	87,41	92,90	93,80	92,13	90,14	89,60	89,54	89,99
Crédito Rural	82,77	81,31	36,72	9,16	4,13	3,43	4,72	6,27	6,63	7,16	6,77
Luzzatti	3,26	3,41	3,51	3,44	2,97	2,77	3,15	3,60	3,76	3,31	3,24
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

O Paraná foi responsável por 32,63% dos empréstimos realizados na região em 2013 (Tabela 15). Nesse ano, as 36 cooperativas de Livre Admissão de Associados e as 64 de Crédito Rural ofertaram 70,96% e 18,88% das operações de crédito, respectivamente, números que demonstram a robustez da modalidade de Livre Admissão de Associados (Tabela 31).

Tabela 31: distribuição das operações de crédito por tipo de cooperativa no Paraná - 2003 a 2013

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	16,59	11,81	13,54	14,43	13,05	6,42	6,69	1,53	1,23	1,27	1,23
CM - Empregadores - Micros e Pequenos	0,27	6,95	6,56	5,83	4,93	3,86	4,64	1,20	0,00	0,00	0,00
CM - Empregados	1,39	1,12	1,44	1,56	1,41	1,18	1,31	0,84	0,79	0,69	0,37
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0,00	0,01	2,60	3,38	2,56	2,79	2,94	2,28	0,56	0,20	0,24
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0,00	0,00	0,00	14,15	19,71	23,01	22,90	21,86	23,92	25,55	13,40
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0,00	7,74	16,07	15,32	15,51	18,61	20,02	17,73	22,87	22,83	18,92
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,55	1,25	18,08	21,30	17,98	11,33
CM - LA - pop. acima de 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,09	27,32
CM - Livre Admissão - Total	0,00	7,74	16,07	29,47	35,22	43,17	44,16	57,67	68,08	69,46	70,96
CM - Origens Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,78	5,87	8,65	9,33	8,07	8,31
Crédito Mútuo - Total	18,25	27,62	40,21	54,67	57,17	62,19	65,61	72,17	79,99	79,69	81,12
Crédito Rural	81,75	72,38	59,79	45,33	42,83	37,81	34,39	27,83	20,01	20,31	18,88
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

Santa Catarina é o estado que apresentou relevante crescimento das operações de crédito na região (Tabela 15). Em 2013, as 32 cooperativas de Livre Admissão de Associados, as 7 de Origens Diversas e a única Luzzatti em atividade desembolsaram,

respectivamente, 41,7%, 19,67% e 17,01% (Tabela 32), números que mostram a relevância dessas modalidades.

Tabela 32: distribuição das operações de crédito por tipo de cooperativa em Santa Catarina - 2003 a 2013

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CM - Atividade Profissional	23,50	22,21	20,29	21,43	20,20	19,78	3,33	3,39	2,07	1,60	1,75
CM - Empregadores - Micros e Pequenos	0,00	0,00	0,53	0,93	2,93	3,00	2,70	2,83	2,84	2,74	1,86
CM - Empregados	11,26	9,93	11,00	11,75	10,23	8,92	7,90	4,70	4,40	4,67	4,55
CM - Empresários - Vínculo Patronal	0,00	0,00	0,00	0,001	0,09	0,29	0,51	0,81	0,98	1,11	1,50
CM - LA - pop. até 300 mil habitantes	0,00	0,00	0,00	10,99	22,77	24,01	25,06	31,15	33,46	28,44	32,29
CM - LA - pop. de 300 mil a 750 mil hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,51	3,03	2,71	1,95	1,87
CM - LA - pop. de 750 mil a 2 milhões hab.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,67	4,04	9,25	7,55
CM - Livre Admissão - Total	0,00	0,00	0,00	10,99	22,77	24,01	28,57	36,85	40,21	39,64	41,70
CM - Origens Diversas	0,56	0,57	0,54	0,56	0,46	0,44	18,19	18,62	17,55	19,43	19,67
Crédito Mútuo - Total	35,33	32,71	32,36	45,65	56,69	56,44	61,20	67,21	68,06	69,18	71,04
Crédito Rural	52,60	54,53	55,42	41,05	29,35	30,55	25,04	17,98	16,15	13,85	11,95
Luzzatti	12,08	12,76	12,23	13,29	13,96	13,01	13,76	14,82	15,79	16,97	17,01
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

5. Considerações finais

O cooperativismo de crédito vem se constituindo um ator importante no financiamento do desenvolvimento de projetos e vem apresentando expressivo crescimento desde a década de 1990, estimulado pela mudança de postura do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, organizações que expandiram o interesse na evolução do segmento, e pelo fortalecimento do marco regulatório. Nesse contexto, conclui-se que parcela relevante do incremento que o setor vem apresentando nos últimos anos é fruto das modificações nas regras formais e informais, conforme o entendimento da Nova Economia Institucional.

No conjunto de inovações normativas destaca-se a Resolução nº 3.106/2003, que permitiu o renascimento de cooperativas de crédito de Livre Admissão de Associados, indo ao encontro de uma antiga aspiração do setor, modalidade que possuía 25,3% das entidades singulares e que foram responsáveis por 57,5% das operações de crédito em dezembro de 2013, números que revelam sua importância. Por outro lado, constata-se, nesse ano, a presença de cooperativas pouco inovadoras, tais como a de Empregados, que representavam 35,5% do universo e realizaram 9,38% das operações de crédito, fato que mostra um dualismo no segmento.

No período de estudo, constata-se o vigor e o progresso do cooperativismo de crédito do sul do país, fruto, principalmente, da competência das lideranças e dirigentes locais que souberam aproveitar de uma maneira mais eficiente as modificações das regras do jogo e buscaram o fortalecimento de suas organizações, disponibilizando produtos e serviços modernos que atendam aos desejos de seus associados e proporcionam relativa concorrência com o sistema bancário.

Em trabalhos futuros, recomenda-se estudar os obstáculos que inibem o desenvolvimento do cooperativismo de crédito nas regiões Norte, Nordeste e Centro-

Oeste e nos grandes centros urbanos; o impacto do segmento na geração de emprego e renda; e o nível de concorrência com o sistema bancário.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Estabilidade Financeira*, v.3, n.1. Brasília, 2004. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 26 maio 2015.

_____. *Relatório de Inclusão Financeira*, n.2. Brasília, 2011. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 26 maio 2015.

_____. SIC – Banco Central responde. Protocolo e-Sic 18600.005176/2013-87. Brasília, 2013.

_____. Informações para análise econômico-financeira/Balancetes (transferência de arquivos). Brasília, 2014. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 26 maio 2015.

CAMPOS, A. Normatização das cooperativas de crédito. In: PINHO, D.B.; PALHARES, V.M.A. In: PINHO, D.B.; PALHARES, V.M.A. (orgs.). *O cooperativismo de crédito no Brasil do século XX ao século XXI*. Gráfica Coronário: Brasília, 2010. p. 73-119.

CHAVES, S.S. O cooperativismo de crédito no Brasil: evolução e perspectivas. In: DODL, A.V.B.; BARROS, J.R.N. *Desafios do sistema financeiro nacional: o que falta para colher os benefícios da estabilidade conquistada*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Capítulo 4.

FREITAS, M.L. Cooperativas: ferramenta de inclusão financeira. In: SANTOS, C.A. (coord.). *Pequenos Negócios: Desafios e perspectivas: Serviços Financeiros*. Brasília: SEBRAE, 2013. p. 165-171.

GODINHO, L.A. CECO/OCB – ANCOOP. In: PINHO, D.B.; PALHARES, V.M.A. (org). *O cooperativismo de crédito no Brasil: do século XX ao século XXI*. Santo André: Esetec Editores Associados, 2004. p. 121-136.

LISBOA, M.B. Instituições e Crescimento Econômico. In: BACHA, E.L.; BOLLE, M.B. (orgs.). *Novos dilemas da política econômica: ensaio em homenagem a Dionísio Dias Carneiro*. Rio de Janeiro: LTC, 2011. p. 229-238.

MEINEN, E.; PORT. M. Cooperativismo financeiro: percurso, histórico, perspectivas e desafios. Brasília: CONFEBRÁS, 2014.

NORTH, D.C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PALHARES, V.M.A. Análise histórica e evolutiva do cooperativismo de crédito no Brasil. In: PINHO, D. B.; PALHARES, V. M. A. (orgs.). *O cooperativismo de crédito no Brasil: do século XX ao século XXI*. Santo André: Esetec Editores Associados, 2004.

PINHEIRO, M.A.H. Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil. 6 ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 26 maio 2015.

PINHO, D.B.; PALHARES, V.M.A. Cooperativas de Livre Admissão no Brasil – da política estatal de extinção à abertura. In: PINHO, D.B.; PALHARES, V.M.A. (orgs.). *O cooperativismo de crédito no Brasil do século XX ao século XXI*. Gráfica Coronário: Brasília, 2010. p. 27-44.

SOARES, M.M.; MELO SOBRINHO, S.D. *Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 26 de maio de 2015.

ANEXO A - Quantidade de cooperativas de crédito

Tabela 1: Quantidade de cooperativas de crédito, com sede nas unidades da federação (UF) e Região – 2003 a 2013

Uf/Região/Brasil	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Acre	6	6	6	6	6	6	6	6	6	5	4
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Amazonas	4	4	4	4	5	5	6	7	6	6	5
Pará	33	34	35	33	32	30	29	28	26	24	21
Rondônia	22	22	22	24	24	24	27	26	24	24	22
Roraima	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Tocantins	3	3	3	3	3	5	5	4	3	2	2
Norte	69	70	71	71	71	71	74	72	67	63	56
Alagoas	8	7	7	9	11	10	10	10	10	9	8
Bahia	63	58	60	58	54	52	51	51	44	39	38
Ceará	14	14	15	16	15	14	12	11	10	8	6
Maranhão	3	3	2	2	3	5	5	5	5	5	5
Paraíba	19	18	18	17	17	16	15	16	16	14	14
Pernambuco	16	14	14	17	17	20	20	19	16	15	14
Piauí	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	2
Rio Grande do Norte	11	11	9	9	11	11	10	9	7	7	7
Sergipe	1	1	1	1	1	4	4	3	2	2	2
Nordeste	138	129	129	132	132	135	130	127	113	102	96
Distrito Federal	23	22	20	21	21	21	21	21	16	17	17
Goiás	31	31	35	37	40	47	47	46	46	43	40
Mato Grosso	43	40	38	36	40	37	31	30	26	24	21
Mato Grosso do Sul	16	14	14	13	13	13	13	12	11	9	9
Centro-Oeste	113	107	107	107	114	118	112	109	99	93	87
Espírito Santo	39	36	35	33	35	35	34	31	31	31	31
Minas Gerais	277	265	261	257	253	233	221	212	209	205	200
Rio de Janeiro	102	100	98	92	92	86	80	72	67	64	58
São Paulo	300	303	300	303	301	302	292	284	279	267	250
Sudeste	718	704	694	685	681	656	627	599	586	567	539
Paraná	96	103	117	117	126	128	125	129	129	126	121
Rio Grande do Sul	123	126	130	132	133	133	134	132	130	128	117
Santa Catarina	84	85	99	107	111	122	121	120	116	115	112
Sul	303	314	346	356	370	383	380	381	375	369	350
Brasil	1341	1324	1347	1351	1368	1363	1323	1288	1240	1194	1128

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Banco Central do Brasil (2013) e Banco Central do Brasil (2014).

ANEXO B - Participação das Unidades Federativas nas operações de crédito

Tabela 10: Participação relativa das operações de crédito (em %) – Unidades Federativas – 2003 a 2013

UF	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
São Paulo	21,73	20,24	20,50	20,06	18,87	17,57	17,47	16,62	16,01	15,34	14,51
Rio Grande do Sul	17,27	19,54	18,95	18,80	19,56	21,18	20,13	20,11	18,79	18,39	18,47
Minas Gerais	16,77	14,94	15,90	16,56	15,59	14,33	13,89	13,10	13,00	12,44	11,75
Paraná	11,94	13,56	12,13	11,43	11,97	13,80	12,92	12,53	13,06	13,84	15,06
Santa Catarina	7,65	7,85	8,39	8,63	9,15	9,26	10,96	11,64	12,00	12,38	12,62
Mato Grosso	4,83	4,93	4,43	4,38	4,85	5,34	5,51	6,45	6,88	7,46	7,54
Distrito Federal	3,96	4,17	4,33	4,30	3,93	3,35	3,26	3,15	2,97	2,75	2,45
Goiás	2,74	2,67	2,83	2,75	2,80	2,86	3,18	3,72	3,96	3,82	3,69
Rio de Janeiro	2,72	2,32	2,36	2,21	2,06	1,72	1,69	1,62	1,72	1,63	1,47
Espírito Santo	2,39	2,48	2,63	3,25	3,59	3,28	3,45	3,31	3,33	3,60	4,05
Bahia	1,99	1,67	1,48	1,46	1,29	1,06	1,02	0,94	0,91	0,84	0,77
Mato Grosso do Sul	1,30	1,16	1,33	1,38	1,66	1,76	1,66	1,72	1,73	1,85	1,85
Rondônia	1,04	1,18	1,33	1,32	1,17	1,03	1,03	1,03	1,27	1,34	1,46
Alagoas	0,66	0,46	0,52	0,49	0,52	0,46	0,46	0,41	0,40	0,42	0,41
Paraíba	0,62	0,68	0,72	0,72	0,71	0,78	0,98	1,19	1,26	1,21	1,17
Ceará	0,57	0,56	0,53	0,53	0,53	0,56	0,57	0,55	0,57	0,56	0,59
Pará	0,47	0,42	0,48	0,45	0,43	0,39	0,46	0,48	0,53	0,45	0,47
Pernambuco	0,46	0,42	0,42	0,41	0,49	0,48	0,55	0,53	0,62	0,68	0,68
Rio Grande do Norte	0,41	0,34	0,30	0,39	0,32	0,31	0,30	0,29	0,34	0,35	0,31
Amazonas	0,15	0,12	0,16	0,20	0,21	0,19	0,16	0,18	0,16	0,14	0,11
Acre	0,09	0,06	0,07	0,08	0,07	0,08	0,09	0,09	0,08	0,07	0,08
Maranhão	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,05	0,06	0,09	0,11	0,11	0,10
Piauí	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04	0,03	0,04	0,04	0,03	0,04	0,04
Tocantins	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,06	0,07	0,08	0,11	0,15	0,16
Sergipe	0,04	0,04	0,04	0,04	0,05	0,06	0,08	0,10	0,13	0,14	0,14
Roraima	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Amapá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Banco Central do Brasil (2013) e Banco Central do Brasil (2014).